



EDITORIAL

NOTÍCIAS

A “via sacra” dos mais velhos

A Jornada Mundial da Juventude, no passado mês de agosto, incluiu uma “via sacra” com jovens dos cinco continentes, utilizando cada estação para manifestarem as suas preocupações sobre diferentes temas. Ao assistir a esta apresentação, em cada momento, sentia que os mais velhos se enquadravam com preocupações semelhantes às dos jovens.

Eis alguns exemplos mais significativos:

I Estação – POBREZA – Segundo os dados revelados pela PORDATA, no Dia Mundial da População (11 de Julho), mais de 400 mil idosos vivem em risco de pobreza em Portugal, com pensões abaixo de 551 euros por mês, ou seja, abaixo do valor do “limiar da pobreza” no nosso país. Segundo o mesmo estudo, para 90% das pessoas com 65 ou mais anos, a reforma ou pensão é a principal fonte de rendimento. O aumento das taxas de juro, do preço dos combustíveis, da alimentação, da habitação, da saúde, electricidade, etc., está a conduzir a um empobrecimento cada vez maior, condenando quem vive da pensão a uma perda acentuada do poder de compra.

II Estação – VIOLÊNCIA – Segundo a APAV, “*violência é qualquer acção ou omissão, única ou repetida, intencional ou não, cometida contra uma pessoa idosa vulnerável e que atente contra a sua vida, integridade física, psíquica e sexual, segurança económica ou liberdade ou que comprometa o desenvolvimento da sua personalidade*”. Violência física, psicológica, económico-financeira, sexual, negligência e abandono, são-nos frequentemente reveladas, através de pessoas conhecidas ou da comunicação social.

III Estação – SOLIDÃO – já conhecida por “doença invisível” que afeta cada vez mais pessoas mais velhas. Esta condição, agravada pela COVID, aumenta a vulnerabilidade de quem é mais velho, principalmente nas situações em que se perde a vontade de conviver e se entrega cada vez mais ao isolamento social, potenciando diminuição da mobilidade, com todas as consequências que isso representa para a saúde.

IV Estação – FALTA DE COMPROMISSO – Falta de apoios, quer por parte de familiares quer por parte do próprio Estado ao

falhar nas respostas sociais, nomeadamente na prestação de cuidados tão necessários.

V Estação – INTOLERÂNCIA – A exclusão e a intolerância são sentidas por muitas pessoas idosas. Há quem entenda que as pensões de reforma dos mais velhos prejudicam os mais novos, há quem se sobreponha à vontade dos mais velhos, há quem os exclua do seu convívio.

VII Estação – SAÚDE MENTAL – Ansiedade, depressões: A solidão e a velhice, a intolerância, a negligência, a dependência de outros, ... afectam quer a saúde mental, quer a saúde física.

VIII Estação – DESTRUIÇÃO DO AMBIENTE, associada ao tema da XI Estação, CRISES HUMANITÁRIAS, GUERRA E FOME são ameaças, com frequência objecto de reportagens assustadoras, incompatíveis com a serenidade necessária para se viver no tempo que nos resta.

XII Estação – PRODUTIVISMO - Hoje, só conta quem produz. Não contam os mais velhos, não contam as pessoas com deficiência, não contam os desempregados, não contam os sonhadores... Não há uma listagem de todas as actividades produtivas em que a população mais velha intervém, nem dos ganhos, muitos imperceptíveis, que delas advêm para a sociedade.

XIV Estação – MEDO DO FUTURO – medo das doenças, da morte de familiares e amigos, da solidão, da dependência, das doenças degenerativas que conduzem a incapacidades, ... para muitos e muitas, medo de morrer e do futuro ser cada vez mais exíguo.

Não somos catastrofistas, sabemos que há sempre muitos aspectos para melhorar e conhecemos a força que podemos conseguir quando lutamos pelos nossos direitos e sonhos.

Aproveitemos a vida e a saúde para vivermos com a máxima qualidade possível e recusemos que a nossa existência se transforme numa “via sacra”...!

Maria do Rosário Gama

APRe! DIRIGE CARTA ABERTA AO PRIMEIRO MINISTRO

SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO

Quando se aproxima a apresentação, o debate e a aprovação do OE24, a APRe!, que continua a reprovocar o facto de não ser auscultada, à imagem do que acontece com os parceiros sociais, assume, enquanto voz das pessoas pensionistas e reformadas, a responsabilidade de sublinhar, em carta aberta dirigida ao PM, os pontos essenciais que devem ser garantidos no OE24.

Nessa carta, já dada a conhecer aos Grupos Parlamentares e também aos Órgãos de Comunicação Social, destacam-se os seguintes pontos:

Sobre PENSÕES:

1. **Actualização das Pensões de Velhice (reforma e aposentação), a partir de 1 de Janeiro de 2024, de acordo com as regras definidas na Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, tendo como base os valores em vigor.**
2. Garantia de que as **pessoas que se reformaram em 2022, mas que só constaram da listagem de pagamento de 2023**, possam receber o aumento de 3,57% pago aos restantes reformados a partir de janeiro desse ano, devendo o aumento de pensões a pagar em Janeiro de 2024 ser recalculado a partir da nova base.
3. Pagamento da **meia pensão atribuída em outubro de 2022 a quem se reformou nesse ano**, mas após essa data, uma vez que quem já estava a receber a pensão até aí beneficiou dela.
4. Regularização e unificação dos aumentos das pensões dos **reformados do sector bancário**, cujo cálculo e atribuição da pensão estão dependentes do Fundo de Pensões da Banca e do Centro Nacional de Pensões da Segurança Social, verificando-se aqui grande discriminação face à aplicação da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro.
5. Regularização das pensões dos **Ferrovários “Caixa 1927”** que têm as suas pensões congeladas há 14 anos.

Sobre MÍNIMOS SOCIAIS E FISCAIS:

1. Actualização do valor da **Dedução Específica, em sede de IRS**, da Categoria H (Pensões) para 14 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS). Este valor, que era de 6000 € entre 2008 e 2011, baixou para 4104 € aquando da intervenção da “Troika” e não é actualizado desde 2012. É mais do que tempo de reverter esta medida e diminuir um pouco, por esta via, os impostos sobre as pensões. Se considerarmos o valor do IAS em 2023, a Dedução Específica da Categoria H passaria a $14 \times 480,43 \text{ €} = 6726,02 \text{ €}$.
2. Adequação do valor do **Complemento Solidário para Idosos (CSI)** de modo que nenhuma pessoa idosa receba, no total, menos do que o “Limiar de risco de pobreza”. É de ter em conta que o “Limiar de risco de pobreza” referido a 2021 (últimos dados apresentados pelo INE) é de 6608 €/ano (12 meses), o que significa cerca de 551 €/mês. O “Mínimo de existência” convergente com o Salário Mínimo Nacional, anunciado para 2024 é de 810 €.
3. Alteração da legislação do **subsídio por morte**, de modo que ele passe a ser uma prestação geral de valor único, no Regime Geral da Segurança Social e na Caixa Geral de Aposentações, igual a seis vezes o IAS naqueles dois sistemas de protecção social.

A PROPÓSITO...

Pela concretização do direito humano à habitação



Nas últimas décadas, **o direito humano à habitação**, apesar de ser reconhecido no artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada em 1948, e de estar muito desenvolvido na Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976 (artigo 65.º), tem sido sistematicamente ignorado pelos sucessivos governos. O impulso do 25 de abril abriu alguns caminhos e ajudou a resolver algumas carências extremas, mas não foi suficiente para desenvolver programas fortes de iniciativa pública que respondessem às necessidades das pessoas, designadamente às que foram nascendo e crescendo nestes 50 anos. Ficou, assim, muito por fazer.

Temos assistido até ao agravamento da situação: a) as pessoas mais velhas, sobretudo as de mais baixos recursos que habitavam os centros históricos das cidades, foram sendo ‘expulsas’ para as periferias, nuns casos, porque não conseguiam sobreviver em casas com deficientes condições de salubridade e de mobilidade, noutros porque a isso foram forçadas pelos proprietários; b) as pessoas mais jovens não foram atraídas para as poucas casas, entretanto reabilitadas nesses centros, porque os seus proprietários optaram por procurar outras formas de rentabilização. A peste da gentrificação alastrou por todo o lado.

Chegámos a um ponto em que vemos os centros das cidades e da generalidade das povoações deste país, com grandes manchas de degradação do edificado, aqui e ali com condomínios de luxo, sem se vislumbrarem, da parte dos poderes central e autárquico, medidas estruturais e de médio prazo que invertam a situação e abram caminho a bairros e a parques habitacionais qualificados e de acesso generalizado aos cidadãos e cidadãs, mesmo a quem tem baixos recursos.

As soluções para assegurar e promover o direito à habitação – que a CRP atribui primordialmente ao Estado – não podem ser deixadas às lógicas e aos interesses do mercado imobiliário, como se tornou dramaticamente evidente nos últimos anos.

Não queremos cidades, vilas e aldeias segmentadas por níveis de rendimento ou por faixas etárias. Queremos comunidades abertas e amigas das pessoas mais velhas, das pessoas em idade ativa e das crianças: marcadamente intergeracionais, acessíveis e intencionalmente geradoras de convivialidade. A democracia exige-o.

José João Lucas



Pedido de reunião

Perante a ausência de qualquer contacto ou informação sobre o tema, a **Direção da APRe!** dirigiu, no passado dia 20, à **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS)**, uma carta onde recorda que *“ao ter conhecimento, em reunião com a Senhora Ministra, há cerca de um ano e meio, da intenção de nomear uma COMISSÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DA SEGURANÇA SOCIAL (posteriormente criada pelo despacho n.º 9126/2022, de 26 de julho), teve ocasião de se congratular com esta iniciativa.”* tendo-se disponibilizado desde logo *“a participar, de diversas formas e em vários momentos e contextos”*, com vista à *“consecução do objetivo para que ela foi criada: a realização de um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial, em concreto no que respeita à vertente das pensões”*.

A Direção aguardou que a sua participação fosse solicitada na qualidade de “entidade interlocutora”, conforme o antecipado pela Senhora Ministra, designadamente através da proposta de uma reunião.

Foi apenas em novembro de 2022 que nos chegou, da Comissão, um questionário ao qual a Direção respondeu prontamente, reafirmando a sua disponibilidade para futuro.

Na referida carta, tivemos também oportunidade de recordar a realização, no passado dia 30 de maio, da nossa *Conferência Nacional “SISTEMA PÚBLICO DE PENSÕES – CUIDAR DO PRESENTE, ASSEGURAR O FUTURO”*, onde a própria MTSSS usou da palavra na sessão de abertura e que contou com várias participações muito relevantes de diversos especialistas. Também convidámos para intervir, num painel, a presidente da Comissão, Dr.ª Mariana Pereira, que esteve presente e acompanhou todos os trabalhos, embora se tenha declarado indisponível para intervir, invocando razões institucionais.

Solicitámos, na carta, a oportunidade de *“podermos ter uma ocasião de diálogo com a senhora presidente da Comissão e com outros membros ... disponíveis para esta finalidade.”*

No dia seguinte ao envio desta exposição, recebemos da Dr.ª Mariana Pereira o convite para uma **reunião que ficou agendada para o dia 29 de setembro**.

Do resultado dessa reunião daremos conhecimento em data oportuna.



Cumprindo o programa do Grupo de Trabalho (GT) constituído no seio da CEPIN (Comissão Especializada Permanente Interdisciplinar para a Natalidade) para elaboração do **Parecer de Iniciativa sobre a Política de Migrações**, realizaram-se a 7 e 8 de setembro as primeiras sessões (via digital) para audição dos especialistas convidados a participarem nos trabalhos de preparação do Parecer.

O GT Política de Migrações é presidido por Manuel Lemos (Presidente do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas) e coordenado pelo professor Miguel Poiars Maduro. Na primeira sessão (7 de setembro) intervieram como oradores convidados Ana Rita Gil, João Peixoto, Pedro Calado e Pedro Manuel Góis que abordaram aspectos relevantes das migrações visando, especialmente, o tema das imigrações com fins laborais (incluindo os chamados nómadas digitais), as políticas que as regulam e as políticas de integração (públicas e empresariais) essenciais para que estes movimentos tenham impacto positivo dos pontos de vista económico e social.

Na segunda sessão de audições (8 de setembro) intervieram como palestrantes, Vera Rodrigues, Catarina Reis de Oliveira e Francesco Franco que focaram aspectos como a criação de condições para atrair imigrantes mas também para manter os nacionais, a acção do “Observatório das Migrações”, a dimensão do fenómeno das migrações, os seus impactos nos sistemas nacionais de Segurança Social, Saúde, fiscalidade e contributo para os saldos orçamentais.

Os trabalhos vão prosseguir na reunião prevista para 2 de outubro em que deverá intervir o orador proposto pela APRe!, o professor José Reis.

SESSÃO “APROXIMAR AS PESSOAS DA SAÚDE”



A Associação Portuguesa de Epidemiologia e a Sociedade Espanhola de Epidemiologia realizaram o seu Congresso anual no Porto, de 5 a 8 de setembro, e convidaram a APRe! para intervir na sessão intitulada **“Aproximar as pessoas da Saúde”** que precedeu o Congresso e se realizou no dia 5 de setembro no Salão Nobre da Reitoria da Universidade do Porto. Esta *Sessão Cidadã* teve como objetivo aproximar investigadores, profissionais e cidadãos, promovendo a reflexão e o debate sobre o papel da intervenção cidadã no movimento de descentralização das decisões em saúde.

Neste debate, a nossa Associação, representada por Eduarda Neves, membro da Direção, considerou que:

- deve ser garantido o apoio necessário no domicílio a todas as pessoas que desejem continuar na sua residência, mesmo aquelas com idade avançada ou até com perda de alguma autonomia, mas possam fazê-lo. As políticas de proximidade são essenciais na prestação destes serviços;
- deve ser criada uma “Rede Nacional de Cuidados”, pública e universal em que os municípios terão também um papel a desempenhar.
- neste contexto, a APRe! pugna por um “Serviço Nacional de Cuidados”, com uma sólida e permanente ligação entre SNS, ERPI e Centros de Dia, de modo que possam articular-se estratégias da Segurança Social e da Saúde, no domínio de políticas públicas.



Somos, por tudo isto, também apoiantes da Iniciativa Legislativa Cidadã sobre “Direito ao Cuidado, Cuidado com Direitos” (subscrição em <https://www.direitoocuidado.org/>).



A APRe! E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

22 de setembro - Maria do Rosário Gama, presidente da Direção da APRe!, esteve na Edição da Tarde da Sic Notícias, a comentar a previsível atualização das pensões em 2024 - que se espera seja de acordo com a lei em vigor - e diversas questões que a APRe! pretende ver contempladas no Orçamento do Estado para o próximo ano, como, por exemplo: a atualização do valor da dedução específica de forma a reduzir o IRS sobre as pensões, a atualização do valor do CSI (Complemento Solidário para Idosos), ainda abaixo do limiar da pobreza, e lembrou algumas irregularidades que atingem pessoas reformadas em 2022, assim como a situação dos bancários reformados e ainda a necessária atualização das pensões dos Ferroviários Caixa 1927 que têm as suas pensões congeladas há 14 anos.



A jornalista do Expresso, Sónia Lourenço, também participou na análise. (o link não foi disponibilizado pela Sic Notícias)



RR.SAPO.PT

Desconto automático nos medicamentos para idosos pobres é "bem-vindo", mas não passa de "paliativo" -...

25 de setembro - Maria do Rosário Gama falou à Rádio Renascença sobre o anunciado pagamento automático dos descontos nos medicamentos a quem recebe CSI.

"A Presidente da APRe! definiu como prioritária a atualização do valor do Complemento Solidário para Idosos, que continua abaixo do limiar da pobreza":

<https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2023/09/25/desconto-automatico-nos-medicamentos-para-idosos-pobres-e-bem-vindo-mas-nao-passa-de-paliativo/348121/>

29 de setembro – na sequência da divulgação da carta aberta dirigida pela Direção ao Primeiro Ministro, a jornalista Elisabete Miranda assina uma peça em que a APRe! e Maria do Rosário Gama são profusamente citadas.

Pode consultar o texto integral do artigo aqui:

[https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid027V26faTMpz4mgMPC3VAUhaKK3VTdqDHPQZM1PTJd8wa4qDchozedwsc8sCpj2bil&id=100064255497210&_cft_\[0\]=AZVBTyxLkzJwLRM5lgPHLQjd6n2-8M0zvVL9hzD6GplReqP5vl7dSFQDR89khPukZNPzSBZQC2uTQtqs-MhzR4pnldm7ZNP3Ft_iG_9HF-q_PQrNo_jxUJEyX8s-fntilffmL4yHebS35PUSOPUiuwQ8GLBpI8115kp8Uwg6yJlkPJS0zL2lQpx8xu7ybGv6v3Y&__tn__=%2CO%2CP-R](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid027V26faTMpz4mgMPC3VAUhaKK3VTdqDHPQZM1PTJd8wa4qDchozedwsc8sCpj2bil&id=100064255497210&_cft_[0]=AZVBTyxLkzJwLRM5lgPHLQjd6n2-8M0zvVL9hzD6GplReqP5vl7dSFQDR89khPukZNPzSBZQC2uTQtqs-MhzR4pnldm7ZNP3Ft_iG_9HF-q_PQrNo_jxUJEyX8s-fntilffmL4yHebS35PUSOPUiuwQ8GLBpI8115kp8Uwg6yJlkPJS0zL2lQpx8xu7ybGv6v3Y&__tn__=%2CO%2CP-R)





O Verão está a terminar e as Férias

Sim, as férias. Todos temos direito a fazer uma pausa nas nossas rotinas e partir para uns dias diferentes, noutros ambientes, que nos ajudem a melhorar o nosso bem-estar e a regressar cheios de força para continuarmos as tarefas diárias. Se é verdade que todos já nos encontramos, há muito, afastados das nossas vidas profissionais não deixámos de ter uma vida activa, com compromissos, alguns horários e vontade de nos levantarmos, todos os dias, para cumprirmos as tarefas a que nos propomos. Voltando às férias tão merecidas, que acham se decidirmos ir até uma estância termal? Aí, juntamos o prazer de descansar, num local apazível, à possibilidade de fazermos tratamentos que poderão contribuir para melhorar a nossa saúde, tanto física como mental.

A Associação APRe!, sempre preocupada com o bem-estar dos seus associados, decidiu estabelecer protocolos, desta vez com duas estâncias termais: Carvalhal e Caldas da Felgueira.

Escolhi as termas do Carvalhal, por já conhecer, sendo este o primeiro ano, após a pandemia, que venho para fazer tratamentos a problemas músculo-esqueléticos. É desta localidade, Carvalhal, freguesia de Mamouros, concelho de Castro Daire, que brotam as águas sulfurosas que tão bem fazem à saúde. É aqui que me encontro e vou partilhar convosco a minha experiência.

Após prescrição médica, decidi fazer os tratamentos, durante as manhãs, para reservar as tardes, a usufruir de tudo o que

esta região oferece, a quem a visita. Desde o passeio aos Passadiços do Paiva, às caminhadas com diversos percursos, uns de pequenas distâncias que podemos fazer a pé, outros mais longos de *buggy* ou de bicicleta eléctrica, para os mais afoitos, até à descoberta da vila de Castro Daire que tem um património digno de ser conhecido.

Gostei muito da ida ao Museu Municipal e à Exposição Etnográfica do Mezio, onde temos oportunidade de ver as tão famosas Capuchas, os Tamancos, a Cestaria, os utensílios em Barro Preto e em Latoaria e, por fim, a Carroça/Palhoça que foi tão utilizada, nesta região.

Não quero deixar de referir que é também nesta região que se mantém o troço da Última Rota da Transumância que, outrora, tinha início no sopé da Serra da Estrela e ia até à Serra de Montemuro. Foi muito curioso ter tido conhecimento que, em 1999, terminou esta Grande Rota, mas a região de Castro Daire mantém o último troço, na extensão de 31,5 Km, e todos os anos, nos finais do mês de Junho, pastores e rebanhos sobem a esta serra (Montemuro) e, em finais de Agosto, descem-na, recriando a Grande Rota da Transumância.

Espero que tenham ficado com vontade de vir conhecer, porque eu vou voltar.

Maria Beatriz Coelho

Associada nº 1116



De novo os regimes complementares de pensões

É enternecedor ver como a Confederação Empesarial/CIP dá a mão ao setor financeiro com interesses na privatização do sistema de pensões.

Recentemente foram notícia as propostas da CIP para o Pacto Social. Uma das propostas interessa-nos em particular. Diz a CIP que aceita um possível aumento extraordinário de 14,75% nos salários, com a contrapartida de uma redução temporária da Taxa Social Única (TSU) e em que 10% desse aumento seriam incluídos num plano individual de reforma no regime público de capitalização. Temos assim a introdução de planos complementares privados de reforma nas empresas, isentos de IRS e TSU, e obrigatórios, é claro. Percebe-se a importância de envolver a UGT, pois um dos meios para tornar obrigatórios estes planos de reforma é a negociação coletiva nas empresas.

As conclusões da Comissão criada pelo governo, em 2022, para realizar um livro verde para a sustentabilidade do sistema previdencial serão, previsivelmente, outra porta de entrada para este tipo de propostas. Apesar do adiamento da entrega das suas conclusões, já foi divulgado pela imprensa que a comissão avançará com um conjunto de sugestões para incentivarem cidadãos, empresas e Estado a apostarem nos regimes complementares.

A defesa do aumento da provisão privada das pensões de reforma com modelos de capitalização, em detrimento de se procurarem novas formas de financiamento do sistema público de pensões e de se garantir o trabalho com direitos, faz hoje

parte da agenda da União Europeia que afirma a necessidade de uma reforma das pensões que inclua, entre outras medidas, a constituição de poupanças-reforma complementares privadas (Livro Branco da Comissão Europeia, 2012).

Os riscos dos modelos de privatização das pensões são conhecidos: a cobertura e as prestações não aumentaram, individualização do risco e imprevisibilidade do rendimento da reforma, dependência do funcionamento e evolução dos mercados de capitais e das escolhas das aplicações financeiras, custos de transição onerosos para os Estados e transferência de recursos públicos para garantir o pagamento de pensões no caso de insolvência dos fundos de pensões, aumento das desigualdades sociais. Em muitos países onde se fizeram reformas a favor da privatização das pensões, impulsionadas pelo Banco Mundial, houve reversão total ou parcial dessas medidas (Relatório Mundial sobre Proteção Social, OIT, 2017-19). As crises financeiras realçaram a vulnerabilidade deste modelo, com perdas avultadas dos fundos de pensões internacionais.

É preciso defendermos o nosso sistema público de pensões de reforma, como o único que garante a cobertura universal, a solidariedade intergeracional e intrageracional, o combate à pobreza e à desigualdade social, proporcionando a segurança económica a que têm direito as pessoas idosas.

Berta Alves

Associada nº 6607

ESPAÇO DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO DO CENTRO

Núcleo de Coimbra

Coro

Deu-se início aos ensaios do Coro com um lanche/convívio, no dia **19 de Setembro**, que juntou aos atuais coralistas, os antigos, nomeadamente a anterior maestrina.

Caminhadas

Porque a principal vantagem de se manter ativo durante o período de férias é manter o hábito de praticar exercício, as “Caminhadas no Choupal” aconteceram semanalmente, sem interrupção, em Agosto e Setembro.

No dia **27 de setembro**, para assinalar o **Dia Europeu do Desporto Sénior**, a caminhada aconteceu de “mãos dadas” com a ANAI, com partida e chegada ao Coreto do Parque Dr. Manuel Braga, num percurso pela Portagem e Avenida Cidade Aeminium enquanto se contemplava o rio Mondego.



Projeto REMINDER

No dia **28 de Setembro**, os associados que fizeram parte do projeto REMINDER, entre testemunhos e petiscos, encontraram-se para assinalar que o Mês de Consciencialização para a Doença de Alzheimer é Setembro.

DELEGAÇÃO DE LISBOA

A APRe! está a colaborar num projeto de investigação cujo principal objetivo é estudar a cognição das pessoas com 60 ou mais anos, através da participação de associados que se ofereceram como voluntários para entrevistas individuais, anónimas e confidenciais com a investigadora e que estão a decorrer durante os meses de Setembro e Outubro nas instalações da Delegação de Lisboa.

O projeto pretende contribuir para a avaliação do declínio cognitivo através de uma aplicação, assim como para o aperfeiçoamento de meios que possibilitem a deteção precoce das dificuldades de memória mesmo quando estas são ainda pouco limitativas no dia-a-dia, possibilitando novas formas de avaliação para uma intervenção e tratamento o mais precoce possível, com vista a uma maior saúde e autonomia das pessoas mais velhas.

Este projeto de doutoramento da investigadora Dr^a Catarina Costa é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pelo Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Universidade de Coimbra.



Instalações da APRe! em Lisboa - Atendimento aos associados e público em geral

Após o período de férias, a Delegação de Lisboa retomou, a partir do dia 14 de Setembro, a abertura das suas instalações **na Av. D. Carlos I, nº 98 loja, em Lisboa, às 5^{as} feiras das 15h às 17h**, para atendimento aos associados e público em geral.

DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS MAIS VELHAS 2023



O envelhecimento da população é um fenómeno universal. Praticamente todos os países do mundo estão a registar um crescimento, tanto na dimensão como na proporção de pessoas mais velhas na população.

FOTO :© Benny Manser/UNFPA, Marcel Crozet / ILO, ILO/Apex Image, J. Aliling / ILO, Rajindra Ariyabandu/ESCAP, Amer Kapetanovic/UNFPA Bosnia and Herzegovina

No dia 14 de dezembro de 1990, a Assembleia Geral das Nações Unidas designou o dia 1 de outubro como o Dia Internacional das Pessoas Mais Velhas (resolução 45/106).



As pessoas mais velhas são fontes inestimáveis de conhecimento e experiência e têm muito a contribuir para a paz, o desenvolvimento sustentável e a proteção do nosso planeta.

Secretário-Geral da ONU, *António Guterres*

CELEBRAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS MAIS VELHAS - 2023

Segunda feira , 2 de outubro de 2023 10:00 - 13:00 H (15:00 – 18:00 GMT)

Câmara do ECOSOC – SEDE DA ONU NY

OU EM DIRETO em <https://media.un.org/en/webtv>

Inscrição: <https://www.eventbrite.com/e/2023-international-day-of-older-persons-celebration-registration-699117488227>

Programa do evento: <https://social.desa.un.org/sites/default/files/inline-files/Programme-UNIDOP2023-26%20September.pdf>



33º DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS MAIS VELHAS (UNIDOP 2023)

"Cumprir as garantias da Declaração Universal dos Direitos do Homem relativamente às pessoas mais velhas: Através das Gerações"

Regional summit

on policy innovation for healthy ageing in
the WHO European Region

10-11 October 2023, Lisbon, Portugal



Cimeira regional

Sobre Políticas de Inovação para o Envelhecimento Saudável na Região Europeia
da Organização Mundial de Saúde (OMS)

10-11 outubro , Lisboa, PORTUGAL

À medida que a esperança de vida da população europeia aumenta, a promoção do envelhecimento saudável torna-se fundamental. Surgem desafios e oportunidades que exigem melhores cuidados de saúde, uma força de trabalho qualificada no domínio da saúde e dos cuidados, ambientes favoráveis à idade e um esforço coletivo para combater idadismo em todos os sectores.

Para explorar estas questões, a OMS/Europa organiza a Cimeira Regional sobre Políticas Inovadoras para o Envelhecimento Saudável, a 10 e 11 de outubro.

Terá lugar em Lisboa e é coorganizada pela Direção-Geral da Saúde de Portugal.

A Cimeira reunirá representantes governamentais, líderes de opinião, especialistas em políticas, académicos, representantes da sociedade civil, organizações profissionais e outros parceiros para impulsionar a inovação política e explorar práticas promissoras para abordar as implicações do envelhecimento das populações.

A APRE! estará representada na Sessão de Abertura pela Presidente da Direcção, Maria do Rosário Gama, e por Anabela Paixão, membro Direcção, no Painel *“Como Pensamos, Sentimos e Agimos em relação ao Envelhecimento”*.

[Regional summit on policy innovation for healthy ageing in the WHO European Region](#)

A transmissão em direto é pública, podendo ser vista na página Web do evento:

<https://www.who.int/europe/news-room/events/item/2023/10/10/default-calendar/regional-summit-on-policy-innovation-for-healthy-ageing-in-the-who-european-region>



Starting here on
10 October, 9.00am
(Lisbon, Portugal)

Artigo Especial



Semestre Europeu de 2023: Que prioridades enquadram as políticas económicas e sociais da UE?

"Reformas estruturais", "inflação", "resiliência", "autonomia"... Na sequência de crises sucessivas e antes das eleições europeias, a UE pretende concentrar-se em políticas económicas e sociais mais favoráveis. No entanto, continua a ser necessária uma tónica mais forte e explícita nas questões relacionadas com o envelhecimento.

Leia o nosso artigo especial em:

[2023 European Semester: What priorities frame EU economic and social policies? | AGE Platform \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu/2023-European-Semester-What-priorities-frame-EU-economic-and-social-policies/)

--- NOTÍCIAS DA AGE ---

Uma nova estratégia da UE para as pessoas mais velhas combaterem o idadismo e enfrentarem a evolução demográfica

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) debateu recentemente uma Estratégia Europeia para as Pessoas Mais Velhas, com a participação de Dubravka Šuica, Vice-Presidente da Comissão Europeia para a Democracia e a Demografia, e da Presidente da AGE, Dra. Heidrun Mollenkopf.

Leia o nosso relatório em:

[A new EU strategy for older persons to tackle ageism and address demographic change | AGE Platform \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu/a-new-eu-strategy-for-older-persons-to-tackle-ageism-and-address-demographic-change/)



--- OUTRAS NOTÍCIAS ---

Faça ouvir a sua voz a favor da igualdade de direitos na velhice!

Várias iniciativas, a nível das Nações Unidas, dão-nos um impulso para o reforço dos direitos das pessoas mais velhas em todo o mundo.

Saiba como pode participar em:

[Raise your voice for equal rights in old age! | AGE Platform \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu/raise-your-voice-for-equal-rights-in-old-age/)



As prioridades do “trio” da UE : inovação, inclusão, democracia, parceria

Espanha assumiu a Presidência da EU, partir de 1 de julho de 2023 até ao final do ano. Este facto marca também o início de um novo trio de presidências da UE composto por Espanha, Bélgica e Hungria.

Leia mais em:

[EU Trio's Focus: Innovation, inclusion, democracy, partnership | AGE Platform \(age-platform.eu\)](https://age-platform.eu/eu-trio-s-focus-innovation-inclusion-democracy-partnership/)



APRe!

Associação de Aposentados, Pensionistas e Reformados

[INÍCIO](#)

[SOBRE NÓS](#) ▾

[ASSOCIADOS](#) ▾

[NOTÍCIAS](#) ▾

[ATIVIDADES](#) ▾

[ARQUIVO](#)

<https://www.apre-associacaocivica.pt/>

APRe! REPRESENTAÇÕES

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

1. Conselho Económico e Social (CES)
2. Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
3. Conselho Geral e de Supervisão da ADSE
4. Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. AGE Platform Europe – Membro Efectivo
2. OEWSA – Grupo de Trabalho para o Envelhecimento da ONU – ONG acreditada
3. ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas – ONG com estatuto consultivo na área do envelhecimento

ENDEREÇOS COM INTERESSE

<https://www.dgs.pt/>

<https://www.who.int/>

<https://whc.unesco.org/en/list/>

MAIS INFORMAÇÕES

<https://m.facebook.com/groups/apreassociados/> (Grupo de Associados no Facebook)

<https://m.facebook.com/APRe-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Aposentados-Pensionistas-e-Reformados-593878590700923/>

(Página Institucional no Facebook)